



MUNICÍPIO DE ITAPORANGA d'AJUDA
CONSELHO MUNICIPAL DOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

EDITAL Nº 001/2023

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, de Itaporanga d'Ajuda, em obediência aos artigos 132, 133 e 139 da Lei Federal 8.069/90 - Estatuto da Criança e Adolescente - ECA, bem como a Lei Federal nº 12.696/12, e, observada a Resolução de nº 231/2022 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente - CONANDA, e da Lei Municipal, convoca o Processo de Escolha Unificado de Conselheiros Tutelares de Itaporanga d'Ajuda, sob fiscalização do Ministério Público Estadual, desde a deflagração do processo, nos termos deste Edital.

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1. Neste Edital, para conhecimento de todos os interessados, constam as normas e os procedimentos inerentes ao Processo de Escolha Unificado de Conselheiros Tutelares do município de Itaporanga d'Ajuda, Estado de Sergipe.
2. O Processo de Escolha de que trata este instrumento, será de forma unificada em todo território nacional, **no dia 01 de outubro de 2023**, com **posse** dos Conselheiros Tutelares Escolhidos, titulares e seus respectivos suplentes, em **10 de janeiro de 2024**.
3. Todas as informações decisórias do presente instrumento poderão ser acessadas junto à Resolução nº 20/2023 do CMDCA, que regulamenta o Processo de Escolha Unificado de Conselheiros Tutelares do Município de Itaporanga d'Ajuda, e dá outras providências.
4. O presente Processo de Escolha Unificado de Conselheiros Tutelares do Município de Itaporanga d'Ajuda, visa preencher as 05 (cinco) vagas existentes, assim como para seus respectivos suplentes.
5. Por força do disposto no artigo 5º, inciso II, da Resolução nº 231/2022, do CONANDA, a **candidatura é individual**, não sendo admitida a composição de chapas, de igual modo, conforme legislação local.

DA NATUREZA DA FUNÇÃO

6. O Conselho Tutelar é um órgão permanente, autônomo, não jurisdicional, encarregado de zelar pelos direitos da criança e do adolescente, em nome da sociedade, como definido estatutariamente.

7. A função de Conselheiro Tutelar é remunerada, gozando os Conselheiros dos direitos previstos no artigo 134, incisos I a V da Lei Federal 8.069/90, com alterações definidas pela Lei Federal 12.696/12.

8. Conforme o artigo 132 da Lei Federal nº. 8.069/90 cada Conselho Tutelar é composto por 5 (cinco) Conselheiros Titulares e igual número de suplentes, eleitos diretamente pela comunidade, obedecidas as etapas estabelecidas pelo CMDCA na Resolução nº 020/23, transcritas para este Edital.

8.1 O Conselheiro Tutelar tem dedicação exclusiva, vedado o exercício concomitante de qualquer outra atividade pública ou privada, considerando que o Conselho Tutelar possui funcionamento permanente e ininterrupto.

8.2 A carga horária de trabalho é de 40 horas semanais; com escalas de plantões em fins de semanas, feriados e noturna, cuja regulamentação é matéria atinente ao Regimento Interno do Conselho Tutelar.

8.3 Os subsídios dos Conselheiros Tutelares, serão creditados ao cargo eletivo, no valor de 1 e ½ salário mínimo, em vigência.

8.4 Se o servidor municipal for eleito para integrar o Conselho Tutelar, deverá optar entre o valor da remuneração do cargo de Conselheiro ou o valor de seus vencimentos, ficando-lhe garantidos:

- a. O retorno ao cargo, emprego ou função que exercia, assim que findo o seu mandato;
- b. A contagem do tempo de serviço para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.

DA COMISSÃO ORGANIZADORA DE ESCOLHA.

9. O Processo de Escolha Unificado de Conselheiros Tutelares de Itaporanga d'Ajuda é coordenado pelo CMDCA, por meio da Comissão Organizadora de Escolha, constituída especificamente para conduzir todas as etapas, sob a fiscalização do Ministério Público Estadual.

9.1 Considerando necessário, pode o CMDCA designar outros membros, inclusive, externos, para auxiliar no Processo de Escolha.

10. A Comissão será composta paritariamente, com atribuições para organizar e conduzir o presente Processo de Escolha;

10.1 Compete à Comissão:

- a. Analisar os pedidos de registro de pré-candidatura e dar ampla publicidade à relação dos pré-candidatos inscritos;
- b. Receber as impugnações apresentadas contra pré-candidatos que não atendam os requisitos exigidos, fornecendo protocolo ao impugnante;
- c. Notificar os pré-candidatos impugnados, concedendo-lhes prazo para apresentação da respectiva defesa;
- d. Decidir, em primeira instância administrativa, acerca da impugnação das pré-candidaturas, podendo, se necessário, ouvir testemunhas eventualmente arroladas, determinar a juntada de documentos e a realização de outras diligências;
- e. realizar reunião destinada a dar conhecimento formal das regras do processo de escolha aos candidatos considerados habilitados, que firmarão compromisso de respeitá-las, sob pena de imposição das sanções previstas na legislação local;
- f. estimular e facilitar o encaminhamento de notificação de fatos que constituam violação das regras de divulgação do processo de escolha por parte dos candidatos ou à sua ordem;
- g. analisar e decidir, em primeira instância administrativa, os pedidos de impugnação, denúncias e outros incidentes ocorridos no dia da votação;
- h. providenciar a confecção das cédulas, conforme modelo a ser aprovado, preferencialmente seguindo os parâmetros das cédulas impressas da Justiça Eleitoral;
- i. escolher e divulgar os locais do processo de escolha, conforme disciplina a legislação local, respeitando as Regiões Políticas Administrativas – RPA.
- j. selecionar e requisitar, preferencialmente junto aos órgãos públicos do município, os mesários e escrutinadores, bem como seus respectivos suplentes, que serão previamente orientados sobre como proceder no dia do processo de escolha, na forma da resolução regulamentadora do pleito;
- k. solicitar, junto ao comando da Polícia Militar, a designação de efetivo para garantir a ordem e segurança dos locais do processo de escolha e apuração;
- l. divulgar, imediatamente após a apuração, o resultado oficial do processo de escolha; e
- m. notificar, com a antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, de todas as reuniões deliberativas a serem realizadas pela comissão encarregada de realizar o processo de escolha e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, bem como de todas as decisões nelas proferidas e de todos os incidentes verificados.
- n. resolver os casos omissos.

10.2 Das decisões da Comissão caberão recurso à plenária do CMDCA, que se reunirá, em caráter extraordinário, para decisão com o máximo de celeridade.

O PROCESSO DE ESCOLHA

11. O Processo de Escolha Unificado de Conselheiros Tutelares de Itaporanga d'Ajuda observará o **cronograma**¹ anexo a este Edital.

12. São as seguintes as etapas do Processo de Escolha Unificado de Conselheiros Tutelares de Itaporanga d'Ajuda, considerando a condição nas etapas:

a. Inscrição de pré-candidatura; b. Análise documental; c. Homologação de pré-candidaturas; d. Divulgação das pré-candidaturas homologadas; e. Julgamento de possíveis impugnações;	Pré-candidato
f. Prova de Avaliação Escrita; g. Escolha popular; h. Divulgação dos resultados; i. Julgamento de possíveis impugnações;	Candidato
j. Curso de Capacitação e Qualificação; k. Diplomação e Posse.	Conselheiro Tutelar Escolhido Conselheiro Tutelar

DOS IMPEDIMENTOS

13. Estende-se o impedimento do Conselheiro Tutelar em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude da mesma Comarca;

14. Não poderão participar do Processo de Escolha dos membros do Conselho Tutelar:

- Aqueles que não preencham as exigências previstas na Lei Federal nº 8.069 de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e na Lei Municipal local de criação do Conselho Tutelar.
- Estiver exercendo o cargo de Conselheiro de Direitos (titulares e suplentes).

15. São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, ainda que em união homoafetiva, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, conforme previsto no artigo 140, da Lei nº 8.069/90 e artigo 15, da Resolução nº 231/2022, do CONANDA.

¹ Anexo 1.

DAS INSCRIÇÕES

16. A participação no presente Processo de Escolha Unificado de Conselheiros Tutelares iniciar-se-á pela Inscrição por meio de requerimento impresso²², e será efetuada no prazo e nas condições estabelecidas neste Edital.

16.1 A Inscrição do pré-candidato será efetuada por ele mesmo, na sede do CMDCA de Itaporanga d'Ajuda, à Avenida Deputado José Conde Sobral, nº 196, Bairro Centro, nesta cidade, das **8h às 12h**, entre os dias **24/04 a 30/04/23**.

DA PRÉ-CANDIDATURA

Dos Requisitos

17. São exigidos para pré-candidatura:

I - Reconhecida idoneidade moral, comprovada por folhas e certidões de antecedentes criminais extraídas na esfera estadual, certidões de antecedentes cíveis;

II - Idade igual ou superior a 21 (vinte e um) anos;

III - Residir no município;

IV - Estar no gozo de seus direitos políticos;

V - Apresentar no mínimo certificado de conclusão de Ensino Médio;

VI - Apresentar quitação com as obrigações militares (no caso de candidato do sexo masculino);

VII – comprovação de conhecimento sobre os direitos da criança e do adolescente (30 questões ECA), língua portuguesa (5 questões) e informática básica (5 questões) em caráter eliminatório, a ser formulada segundo deliberação da Comissão, designada por meio de Resolução do CMDCA, serão 40 questões, sendo necessário acertos de no mínimo 50% (20 questões), para seguir para próxima fase do certame (sufrágio universal).

Parágrafo Único: O município poderá oferecer, antes da realização da prova a que se refere o inciso VII deste artigo, minicurso preparatório, abordando o conteúdo programático da prova, de frequência obrigatória dos candidatos.

VIII – Não ter sido anteriormente suspenso ou destituído do cargo de membro do Conselho Tutelar em mandato anterior, por decisão administrativa ou judicial;

²² Modelo no Anexo 2.

IX - Não se enquadrar nas hipóteses de impedimento do artigo 140 e parágrafo único, da Lei Federal nº 8.069/1990, considerando-se também as relações de fato, na forma da legislação civil vigente;

X - Declarar a disponibilidade para o cumprimento das responsabilidades decorrentes da condição de agente público encarregado do zelo pelos direitos da criança e do adolescente, em quaisquer horários ou dias da semana, quando acionados ou estiver de plantão;

XI – Não ser, desde o momento da publicação do edital, membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

XII – Experiência na promoção, controle ou defesa dos direitos da criança e do adolescente em entidades registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescentes; ou cursos em matéria de infância e juventude com carga horária mínima de 40 horas.

Dos Documentos Exigidos

18. Para efetivação da inscrição o pré-candidato deverá apresentar:

- a. Certidões negativas de distribuição de feitos criminais e civis; (original)
- b. Cédula de Identidade; (cópia com apresentação do documento original)
- c. Comprovante de residência; (cópia com apresentação do documento original)
- d. Título de Eleitor; (cópia com apresentação do documento original)
- e. Certificado de Conclusão de Ensino Médio; (cópia com apresentação do documento original)
- f. Apresentar quitação com as obrigações militares (no caso de candidato do sexo masculino); (cópia com apresentação do documento original)
- g. Entregar 2 (duas) fotografias atuais 7x5 (tipo passaporte); (original)
- h. Requerimento de Inscrição devidamente preenchido. (original)

Da Prova de Avaliação Escrita

19. O pré-candidato deverá submeter-se a uma Prova Escrita de conhecimentos específicos sobre os direitos da criança e do adolescente (ECA), língua portuguesa e informática básica em caráter eliminatório, sendo composta por 40 questões objetivas, de múltiplas escolhas, com apenas uma alternativa correta, sendo necessário atingir 50% de acertos, isto é, 20 questões.

Das Declarações Individuais

20. O pré-candidato deverá declarar por escrito e sob sua responsabilidade:

a. Não ter sido penalizado com a destituição da função de Conselheiro Tutelar, nos últimos 5 (cinco) anos;³

b. Não se enquadrar nas hipóteses de impedimento do artigo 140 e parágrafo único, do ECA, considerando-se também as relações de fato, na forma da legislação civil vigente;⁴

c. A disponibilidade para o cumprimento das responsabilidades decorrentes da condição de agente público encarregado do zelo pelos direitos da criança e do adolescente, em quaisquer horários ou dias da semana, quando acionados ou estiver de plantão.⁵

20.1 O Conselheiro dos Direitos municipal, que pretender concorrer ao Processo de Escolha do Conselho Tutelar deverá apresentar ao Conselho dos Direitos, ofício de sua Entidade, constando seu desligamento até a data da inscrição.

Da Efetivação da Pré-candidatura

21. O pré-candidato que protocolar sua Inscrição com documentação incompleta será automaticamente eliminado.

ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO

22. Encerrado o prazo de Inscrição dos pré-candidatos para o Processo de Escolha, a Comissão Organizadora de Escolha efetuará, entre os dias (**conforme cronograma**) a **análise do Requerimento de Inscrição** e da documentação exigida neste Edital, com a subsequente publicação da relação das pré-candidaturas homologada;

22.1 A relação dos pré-candidatos inscritos será encaminhada ao Ministério Público para ciência, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, após a publicação referida no item anterior.

DA IMPUGNAÇÃO DAS PRÉ-CANDIDATURAS

23. Qualquer cidadão poderá requerer a impugnação do(s) pré-candidato(s), (ver cronograma), contados da publicação da relação dos pré-candidatos inscritos, em petição devidamente fundamentada;

24. Encerrado o prazo mencionado no item supracitado, o(s) pré-candidato(s) impugnado(s) serão notificados pessoalmente e por escrito, do teor da impugnação no prazo estipulado no cronograma em

³ Modelo no Anexo 3.

⁴ Modelo no Anexo 4.

⁵ Modelo no Anexo 5.

anexo desse edital), começando, a partir de então, a correr o prazo para apresentar sua(s) defesa(s), conforme cronograma de prazos;

25. A Comissão analisará o teor da(s) impugnação(ões) e defesa(s) apresentada(s) pelo(s) pré-candidato(s), podendo solicitar a qualquer interessado(s) a juntada de documentos e outras provas do alegado;

26. A Comissão contados do término do prazo para apresentação de defesa pelo(s) pré-candidato(s) impugnado(s), para decidir sobre a impugnação (ver cronograma);

27. Concluída a análise das impugnações, a Comissão fará publicar Edital contendo a relação preliminar dos pré-candidatos habilitados a participarem das etapas seguintes do Processo de Escolha;

28. As decisões da Comissão serão fundamentadas, delas devendo ser dada ciência aos interessados, para fins de interposição dos recursos previstos neste Edital;

29. Das decisões da Comissão caberá recurso à Plenária do CMDCA, contados da data da publicação do Edital contendo a relação preliminar dos pré-candidatos habilitados a participarem das etapas seguintes do Processo de Escolha Unificado de Conselheiros Tutelares;

30. Esgotada a fase recursal, a Comissão fará publicar a relação definitiva dos pré-candidatos habilitados para as etapas seguintes, com cópia ao Ministério Público;

31. Ocorrendo falsidade em qualquer informação ou documento apresentado, seja qual for o momento em que esta for descoberta, o pré-candidato será excluído do das etapas seguintes, sem prejuízo do encaminhamento dos fatos à autoridade competente para apuração e a devida responsabilização legal.

DA DIVULGAÇÃO DO PROCESSO DE ESCOLHA

32. Cabe ao Poder Público, com a colaboração dos órgãos de imprensa locais, dar ampla divulgação ao Processo de Escolha Unificado de Conselheiros Tutelares desde o momento da publicação do presente Edital, incluindo informações quanto ao papel do Conselho Tutelar, dia, horário e locais de escolha, dentre outras informações destinadas a assegurar a ampla participação popular no processo;

33. É vedada a vinculação político-partidária das pré-candidaturas, seja através da indicação, no material de divulgação ou inserções na mídia, de legendas de partidos políticos, símbolos, slogans, nomes ou fotografias de pessoas que, direta ou indiretamente, denotem tal vinculação;

34. O pré-candidato poderá dar início à divulgação de seu nome após a publicação da relação definitiva dos pré-candidatos habilitados, prevista no item 27 deste Edital;
35. A divulgação em vias e logradouros públicos observará, por analogia, os limites impostos pela legislação municipal, garantindo igualdade de condições a todos os pré-candidatos;
36. O pré-candidato poderá promover a sua pré-candidatura junto aos cidadãos, por meio de debates, entrevistas e distribuição de panfletos, desde que não causem dano ou perturbem a ordem pública ou particular;
37. As instituições públicas ou particulares (escolas, câmara de vereadores, rádio, igrejas etc.) que tenham interesse em promover debates com os pré-candidatos deverão formalizar convite a todos aqueles que estiverem aptos a concorrer ao cargo de membro do Conselho Tutelar;
38. Os debates deverão ter regulamento próprio, a ser apresentado pelos organizadores a todos os participantes e à Comissão com no mínimo 5 (cinco) dias de antecedência;
39. Cabe à Comissão supervisionar a realização dos debates, zelando para que sejam proporcionadas iguais oportunidades a todos os pré-candidatos nas suas exposições e respostas;
40. É vedada a divulgação, ainda que gratuita, por meio dos veículos de comunicação em geral (jornal, rádio ou televisão), faixas, *outdoors*, camisas, bonés e outros meios não previstos neste Edital;
41. É dever do pré-candidato portar-se com urbanidade durante a divulgação, sendo vedada a comunicação irreal ou insidiosa ou que promova ataque pessoal contra os concorrentes;
42. Não será permitido qualquer tipo de divulgação no dia **1 de outubro de 2023**, em qualquer local público ou aberto ao público, sendo que a aglomeração de pessoas portando instrumentos de divulgação caracteriza manifestação coletiva, com ou sem utilização de veículos;
43. A violação das regras da atividade de divulgação importará na cassação do registro da pré-candidatura ou diploma de posse do candidato responsável, após a instauração de procedimento administrativo no qual seja garantido ao candidato o exercício do contraditório e da ampla defesa.

DA PROVA ESCRITA

44. Os pré-candidatos com Inscrições homologadas se submeterão à Prova Escrita, de caráter eliminatório, no dia **16/07/2023**.
45. O pré-candidato deverá comparecer ao local da Prova Escrita, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário estabelecido.

45.1 Tanto o local quanto o horário da Prova Escrita, serão divulgados antecipadamente, através dos meios de comunicação, inclusive no *site* da Prefeitura, munido de:

a. Cartão de Inscrição;

b. Original, de um dos seguintes documentos: Cédula de Identidade - RG; ou Cédula de Identidade de Classe Profissional; ou Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS; ou Carteira Nacional de Habilitação - CNH, expedida nos termos da Lei Federal nº. 9.503, de 23 de setembro de 1997 (com fotografia) e dentro do prazo de validade;

c. Caneta esferográfica de tinta azul ou preta, lápis preto nº 2 e borracha macia.

45.2 Não serão aceitos protocolos ou quaisquer outros documentos diferentes dos anteriormente definidos.

46. Não haverá segunda chamada seja qual for o motivo alegado para justificar a ausência do pré-candidato.

46.1 O não comparecimento à Prova Escrita implicará na eliminação do pré-candidato do Processo de Escolha.

46.2 Não haverá aplicação de Prova Escrita fora do local, data e horários preestabelecidos.

47. Durante a Prova Escrita, não serão permitidas consultas bibliográficas de qualquer espécie, comunicação entre os candidatos e utilização de máquina calculadora, relógio de pulso digital, boné, chapéu, gorro, agendas eletrônicas ou similares, telefone celular, BIP, ou de qualquer material que não seja o estritamente necessário.

48. O pré-candidato não poderá ausentar-se da sala de Prova Escrita sem o acompanhamento do fiscal.

49. A aplicação da Prova Escrita deverá ter a duração de 3 (três) horas, sendo que o pré-candidato só poderá retirar-se da sala depois de decorrida 1 (uma) hora do início da Prova Escrita.

50. Em cada uma das salas de aplicação da Prova Escrita haverá pelo menos 2 (dois) fiscais, sendo 1 (um) representante do responsável pela aplicação da Prova Escrita e 1 (um) representante do CMDCA.

51. Será automaticamente excluído do Processo de Escolha o pré-candidato que:

a. Apresentar-se após o horário estabelecido;

b. Não apresentar um dos documentos exigidos no item **45.1, 45.2** deste Edital;

c. Não comparecer à Prova Escrita, seja qual for o motivo alegado;

d. Ausentar-se da sala de Prova Escrita sem o acompanhamento do fiscal;

e. For surpreendido em comunicação com outras pessoas por qualquer meio, ou utilizando-se de calculadoras, livros, notas ou impressos não permitidos;

f. Lançar mão de meios ilícitos para executar a Prova Escrita;

g. Perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos;

h. Agir com incorreção ou descortesia para com qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da Prova Escrita.

52. A Prova Escrita terá caráter eliminatório.

53. O CMDCA divulgará a relação de todos os candidatos com a respectiva classificação, obtida na Prova Escrita, em ordem decrescente de nota.

53.1 Caberá recurso ao CMDCA contra os resultados divulgados das notas, no prazo de 2 (dois) dias úteis a contar da divulgação da lista dos classificados.

53.2 Após o julgamento dos recursos, o CMDCA publicará a relação dos candidatos habilitados a concorrer ao Processo de Escolha Popular.

54. Estará habilitado a concorrer ao cargo de Conselheiro Tutelar do município de Itaporanga d'Ajuda, através de Escolha Popular, o candidato com pontuação igual ou superior a 50% de acertos, equivalente a 20 questões. A prova terá 40 questões de múltiplas escolhas, com apenas 1 questão correta, sendo 30 sobre o ECA (versão mais atualizada disponibilizada pelo CMDCA, por meio do site da PMI); 05 sobre Língua portuguesa e 05 sobre Informática Básica.

DAS VEDAÇÕES AOS CANDIDATOS DURANTE O PROCESSO DE ESCOLHA

55. Conforme previsto no artigo 139, § 3º, da Lei nº 8.069/90, é vedado ao candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao cidadão bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor;

56. É também vedada a prática de condutas abusivas ou desleais que acarretem vantagem indevida ao candidato, como a divulgação nos locais de Escolha e o transporte de cidadãos para o referido local, dentre outras previstas na Lei nº 9.504/97, pois embora não caracterizem crime, importam na violação do dever de idoneidade moral que se constitui num dos requisitos elementares das candidaturas;

57. Os candidatos que praticarem quaisquer das condutas relacionadas nos itens anteriores, durante e/ou depois da fase de divulgação, inclusive no dia **1 de outubro de 2023, terão cassado seu registro de candidatura ou diploma de posse, sem prejuízo da apuração da responsabilidade civil e mesmo criminal, inclusive de terceiros que com eles colaborem;**

58. Caberá à Comissão ou, após sua dissolução, à Plenária do CMDCA, decidir pela cassação do registro da candidatura ou diploma de posse, após a instauração de procedimento administrativo no qual seja garantido ao candidato o exercício do contraditório e da ampla defesa.

DA ESCOLHA POPULAR DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR

59. A Escolha para os membros do Conselho Tutelar do Município de Itaporanga d'Ajuda realizar-se-á no dia **1 de outubro de 2023**, das 08h às 17h, conforme previsto no artigo 139, da Lei nº 8.069/90 e na Resolução do CONANDA;

60. A Escolha Popular deverá ocorrer preferencialmente em urnas eletrônicas cedidas pela Justiça Eleitoral, observadas as disposições das Resoluções aplicáveis expedidas pelo Tribunal Superior Eleitoral e Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Sergipe, em negativa deste órgão, se utilizará as cédulas impressas para escolha manual.

61. As cédulas para Escolha manual serão elaboradas pela Comissão, adotando parâmetros similares aos empregados pela Justiça Eleitoral em sua confecção;

62. Nas cabines de Escolha serão fixadas listas com relação de nomes, codinomes, fotos e número dos candidatos a membro do Conselho Tutelar;

63. As mesas receptoras deverão lavrar atas segundo modelo fornecido pela Comissão, nas quais serão registradas eventuais intercorrências ocorridas no dia **1 de outubro de 2023**, além do número de cidadãos habilitados para a Escolha dos Conselheiros Tutelares em cada uma das urnas;

64. Após a identificação, o cidadão assinará a lista de presença e procederá a Escolha na cabine específica;

65. O cidadão que não souber ou não puder assinar, usará a impressão digital como forma de identificação;

66. O cidadão poderá votar em apenas 1 (um) candidato;

67. No caso da Escolha manual, será considerada inválida a cédula que:

- a. Apresente mais de 1 (um) candidato assinalado;
- b. Contenha rasuras a ponto de não permitir aferir a vontade do cidadão;
- c. Não estiver rubricada pelos membros da mesa de Escolha;
- d. Não corresponder ao modelo oficial;
- e. Tiver o sigilo violado.

68. As cédulas anuladas devem ser colocadas em envelope separado, conforme previsto no Regulamento da Escolha;

69. Efetuada a apuração, serão considerados escolhidos os candidatos com o maior número de escolhas, ressalvados a ocorrência de alguma das vedações legais acima referidas, sendo os demais candidatos considerados suplentes pela ordem de Escolha;

70. Em caso de empate no Processo de Escolha, será considerado eleito o candidato que, sucessivamente:

- a. Apresentar melhor desempenho na Prova Escrita;
- b. Residir a mais tempo no município de Itaporanga d'Ajuda;
- c. Tiver a maior idade.

DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DO PROCESSO DE ESCOLHA

71. Ao final de todo o Processo, a Comissão encaminhará relatório ao CMDCA, que fará divulgar lista dos candidatos escolhidos para o Conselho Tutelar e seus respectivos suplentes, em ordem decrescente de Escolha.

DA IMPUGNAÇÃO NO PROCESSO DE ESCOLHA

72. Qualquer entidade ligada à defesa dos direitos ou atendimento à criança e adolescente ou qualquer cidadão, poderá impugnar perante o CMDCA qualquer candidatura, dentro do prazo (ver cronograma) da data da publicação do resultado do Processo de Escolha, mediante a apresentação de petição acompanhada das respectivas provas de que a candidatura impugnada não atende requisito estabelecido neste Edital.

72.1 O candidato impugnado poderá apresentar contestação à impugnação, no prazo da data da notificação pelo CMDCA. (ver prazo no cronograma)

72.2 O CMDCA terá o prazo (ver cronograma), para analisar, decidir a impugnação e divulgar a decisão.

73. O CMDCA publicará no Diário Oficial ou em meio equivalente, o resultado final do Processo de Escolha para o Conselho Tutelar.

DO CURSO DE CAPACITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

74. O CMDCA promoverá Curso de Capacitação e Qualificação através de contratação de pessoa física ou empresa especializada que serão responsáveis por todo o desenvolvimento do Curso, após a Escolha dos Conselheiros Tutelares pela sociedade.

75. O conteúdo programático do Curso será definido no Plano de Trabalho elaborado pela pessoa física ou empresa especializada contratada para este fim, apresentada e devidamente aprovada pelo CMDCA.

76. O curso terá carga horária de 40 horas e será realizado conforme previsto no Cronograma inserido neste Edital, em horário e local a ser definido posteriormente.

77. O Curso é obrigatório para os candidatos Escolhidos, inseridos no Edital Final do Processo de Escolha Unificado de Conselheiros Tutelares.

78. O Curso será normatizado a partir das regras definidas por Resolução específica do CMDCA.

DA DIPLOMAÇÃO E POSSE

79. A diplomação e a posse dos Conselheiros Tutelares serão concedidas pelo Presidente do CMDCA, no dia **10 de janeiro de 2024**, conforme previsto no art. 139, § 2º, da Lei nº 8.069/90;

80. Além dos candidatos mais votados, em número de 5 (cinco) por Conselho Tutelar, também devem tomar posse, os seus respectivos suplentes, também observada a ordem de Escolha, de modo a assegurar a continuidade no funcionamento do órgão, em caso de férias, licenças ou impedimentos dos titulares.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS


81. Cópias do presente Edital e demais atos da Comissão Especial de Escolha dele decorrentes serão publicadas, com destaque, nos órgãos oficiais de imprensa, no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Itaporanga d'Ajuda, bem como afixadas no mural da Prefeitura Municipal, da Câmara de Vereadores, na sede do Conselho Tutelar, do CMDCA e dos Centros de Referência de Assistência Social - CRAS, Centros de Referência Especializados de Assistência Social - CREAS, Postos de Saúde e Escolas da Rede Pública Municipal, entre outros locais públicos;

82. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão, observadas as normas legais contidas na Lei Federal nº 8.069/90, na Lei Federal 12.696/12, na Resolução nº 231/2022 do CONANDA e na Municipal pertinente;

83. É de inteira responsabilidade dos candidatos acompanhar a publicação de todos os atos, editais e comunicados referentes ao Processo de Escolha em data unificada dos membros do Conselho Tutelar;
84. É facultado ao candidato, por si ou por meio de representante credenciado perante a Comissão, acompanhar todo desenrolar do Processo de Escolha Unificado de Conselheiros Tutelares, incluindo as cerimônias de lacração de urnas, Processo de Escolha no **dia 1 de outubro de 2022** e apuração;
85. O candidato poderá credenciar, até 48 (quarenta e oito) horas antes do Processo de Escolha, 1 (um) representante por local de Escolha e 1 (um) representante para acompanhar a apuração da Escolha e etapas preliminares do Processo;
86. Os trabalhos da Comissão se encerram com o envio de Relatório Final contendo as intercorrências e o resultado do Processo de Escolha ao CMDCA;
87. O descumprimento das normas previstas neste Edital implicará na exclusão do candidato ao Processo de Escolha.

Publique-se

Itaporanga d'Ajuda/SE, 20 de abril de 2023.


DANIELA ALMEIDA SANTOS
Presidente do CMDCA



ANEXO 1 - CRONOGRAMA

Etapa	Data/prazo
Publicação do Edital	20/04/23
Inscrição (Registro de Candidaturas)	24/04 a 02/05/23
Análise dos Requerimentos de Inscrição	03 a 05/23
Publicação da relação dos pré-candidatos homologados	08/05/23
Prazo para recursos de impugnação	09 a 10/05/23
Notificação aos pré-candidatos impugnados	15 a 17/05/23
Prazo para apresentação das defesas	29/05 a 02/06/23
Análise dos recursos pela Comissão Organizadora de Escolha	18 e 19/05/23
Recursos	23 a 25/05/23
Análise e decisão de recursos	26 e 31/05/23
Publicação da lista dos pré-candidatos homologados	05/06/23
Realização de Prova eliminatória	16/07/23
Divulgação do resultado da Prova Escrita	17/07/23
Prazo para recursos da Prova Escrita	18 a 21/07/23
Julgamento dos recursos da Prova Escrita	24 a 25/07/23
Divulgação do resultado do julgamento dos recursos	28/07/23
Publicação da lista dos candidatos habilitados.	01/08/23
Solicitação de urnas eletrônicas e/ou manuais.	01/08/23
Publicação de Resolução do CMDCA sobre condutas vedadas.	03/08/23
Reunião para firmar compromisso	04/08/23
Convocação de servidores/voluntários – reunião com os mesários, escrutinadores e suplentes.	31/08/23
Solicitação de apoio policial	Até 15/09/23
Confecção de cédulas (apenas de houver votação manual)	Até 18/09/23
Divulgação dos locais de votação	22/09/23
Escolha Popular	01/10/23
Publicação do resultado do Processo de Escolha	01/10/23

Prazo para recursos contra resultado da Escolha	02 a 06/10/23
Apresentação das defesas	09 a 11/10/23
Divulgação do resultado dos julgamentos dos recursos	20/10/23
Proclamação do resultado final do Processo de Escolha	30/10/23
Curso de Capacitação e Qualificação	04 a 08/12/23
Posse e diplomação dos eleitos	10/01/24

ANEXO 2 - REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO

REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO PARA O PROCESSO DE ESCOLHA DO CONSELHO TUTELAR DE ITAPORANGA d'AJUDA

Preencher os campos em branco e com letra de forma

NOME	
APELIDO	
ESTADO CIVIL	DATA DE NASCIMENTO
RG	CPF
TÍTULO ELITORAL	
IDENTIDADE DE CLASSE PROFISSIONAL	
CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL	
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO	
ENDEREÇO RESIDENCIAL	
TELEFONE FIXO	CELULAR
EMAIL	

Anexo 3

REQUERIMENTO

Vem **REQUERER** sua inscrição como candidato(a) a vaga de **Conselheiro Tutelar**, nos termos da Lei Federal 8.069/90 - ECA, da Lei Federal 12.696/2012, da Resolução nº 231/2022 do CONANDA, e da Lei Municipal.

Para tanto, declara conhecer os requisitos contidos no **Edital 01/2023** do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Itaporanga d'Ajuda, aceitando-os, desde já, sob pena de indeferimento de seu pedido de Inscrição, caso não sejam comprovados.

Termos em que pede e espera deferimento.

Itaporanga d'Ajuda, ____ de _____ de 2023.

Assinatura do Requerente

ANEXO 4 - DECLARAÇÃO DE NÃO DESTITUIÇÃO DO CARGO DE CONSELHEIRO TUTELAR

DECLARAÇÃO

Eu, _____, portador(a) de RG nº _____
_____ e CPF nº _____ residente a
_____ neste Município,

DECLARO não ter sido penalizado com a destituição do cargo de Conselheiro Tutelar, nos últimos 5 (cinco) anos, conforme exigência legal.

Itaporanga d'Ajuda, ____ de _____ de 2023.

Assinatura

ANEXO 5 - DECLARAÇÃO DE COMPATIBILIDADE COM O CARGO DE CONSELHEIRO TUTELAR

DECLARAÇÃO

Eu, _____, portador(a) de RG nº _____
e CPF nº _____ residente a _____
nesta Município,
DECLARO não estar enquadrado nas hipóteses de impedimento do artigo 140 e parágrafo único, do ECA, considerando-se também as relações de fato, na forma da legislação civil vigente.

Itaporanga d'Ajuda, ____ de _____ de 2023.

Assinatura

**ANEXO 6 - DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE PARA O EXERCÍCIO DO CARGO DE
CONSELHEIRO TUTELAR**

DECLARAÇÃO

Eu, _____, portador(a) de RG nº _____
_____ e CPF nº _____ residente a
_____ neste Município, **comprometo-me**,
caso Escolhido para exercer ao cargo de Conselheiro(a) Tutelar, a **dedicar-me exclusiva e
diuturnamente**, para o cumprimento das responsabilidades decorrentes da condição de agente público
encarregado do zelo pelos direitos da criança e do adolescente, em quaisquer horários ou dias da
semana, inclusive aos sábados, domingos, feriados e em regime de plantão, considerando as
especificidades e exclusividade exigida.

Itaporanga d'Ajuda, ____ de _____ de 2023.

Assinatura